

A CRISE PARADIGMÁTICA E A CRÍTICA DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Eliseu Savério Sposito¹

RESUMO

A atual crise paradigmática nas ciências e na Filosofia, que também atinge a Geografia, pode ser focalizada historicamente pelos direcionamentos que o conhecimento tem recebido nas últimas décadas.

As transformações nos conceitos de tempo e de espaço, o esgotamento dos paradigmas clássicos da Física e as mudanças nos arranjos sociais provocaram um descompasso nas análises epistemológicas, principalmente quando nos referimos ao pensamento geográfico. Esse descompasso deve-se, em primeiro lugar, à inconseqüência na utilização do método (não distinção dos diferentes métodos; confusão entre terminologias, postulados e caminhos do raciocínio, por exemplo) e à falta de rigor científico no trabalho com os conceitos. A explicação dessas falhas devem ser buscadas na falta de critérios quando da divulgação do conhecimento elaborado e na distorção produzida pela necessidade da universidade em produzir o conhecimento voltado para sua utilidade próxima e máxima.

Quando falamos mais especificamente da Geografia, as diferentes “ondas” que tomaram conta do discurso geográfico espelharam, em descompasso com a Filosofia, a confusão entre categorias e conceitos, e a apropriação de teorias sem seu conhecimento profundo, numa transposição simplificada e padronizada, principalmente do pensamento econômico.

Mesmo assim, não se deve esquecer que as referidas ondas presentes no discurso geográfico, têm como referências as mudanças de paradigmas filosóficos e sociais na base da teoria do conhecimento, e suas conseqüentes influências no discurso que configura a produção e a reprodução do conhecimento científico.

Com esta comunicação, buscamos o debate sobre a necessidade de uma maior aproximação da Geografia com a Filosofia, de um maior discernimento no que se refere fundamentalmente ao método - que historicamente, em vários trabalhos acadêmicos, tem sido usado como sinônimo de metodologia -, e das distinções do conhecimento produzido em seus níveis técnico, científico e epistemológico, considerando as diferentes tendências científico-metodológicas presentes - que poderíamos, em princípio, classificar como empírico-analítica, fenomenológico-hermenêutica e crítico-dialética - na produção do saber geográfico.

¹ Geógrafo, professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP, campus de Presidente Prudente), e coordenador do GASPERR (Grupo Acadêmico Produção do Espaço e Redefinições Regionais).

A atual crise paradigmática nas ciências e na Filosofia, que também atinge a Geografia, pode ser focalizada historicamente pelos direcionamentos que o conhecimento tem recebido nas últimas décadas. As transformações nos conceitos de *tempo* e de *espaço*, o esgotamento dos paradigmas clássicos da Física e as mudanças nos arranjos sociais provocaram um descompasso nos estudos epistemológicos. Esse descompasso deve-se, em primeiro lugar, à inconsequência na utilização do *método* (não distinção dos diferentes métodos ou sua confusão com metodologias; confusão entre terminologias, postulados e caminhos do raciocínio, por exemplo) e à falta de rigor científico no trabalho com os *conceitos*. A explicação dessas falhas devem ser buscadas na falta de critérios quando da divulgação do conhecimento produzido e na distorção produzida pela necessidade da universidade em produzir o conhecimento voltado para sua utilidade próxima e máxima.

Quando falamos mais especificamente da Geografia, as diferentes “ondas” que tomaram conta do discurso geográfico espelharam, em descompasso com a Filosofia, a confusão entre categorias e conceitos, e a apropriação de teorias sem seu conhecimento profundo, numa transposição simplificada e padronizada, principalmente do pensamento econômico (tanto da vertente neo-clássica quanto da vertente do materialismo histórico).

Uma última preocupação neste texto refere-se ao fato de que a produção do conhecimento nas universidades, aliada a uma necessidade de sua vulgarização associada ao caráter prático da “prestação de serviços à comunidade”, e o empobrecimento dos debates de fundo, tiveram papel decisivo na pasteurização do discurso geográfico.

Vamos iniciar nosso debate discutindo inicialmente o método.

Para a Economia, método constitui-se no “instrumental teórico integrado usado na análise dos fenômenos econômicos” característico de cada escola econômica, que se completa com “um conjunto de conceitos adequados ao objeto de seu estudo e de acordo com a orientação adotada”. O método pode ser: (a) dedutivo porque “parte da abstração e, por meio da dedução lógica, procura chegar à essência dos processos econômicos, formulando suas leis mais gerais, que serão comprovadas nos casos particulares concretos”, muito próprio à Economia Clássica; e (b) indutivo, que “parte dos aspectos particulares de um fenômeno, procurando chegar ao geral”, indo “do fato à lei”. Para muitos economistas, um método não exclui o outro, servindo ambos às diferentes escolas (SANDRONI, 1989:197).

Para a Filosofia, método é “o conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado”. Cientificamente, diz-se que é “o estabelecimento e a demonstração de uma verdade”. Descartes afirmou que entendia, por método “as regras certas e fáceis, graças às quais todos os que as observam exatamente jamais tomarão como verdadeiro aquilo que é falso e chegarão, sem se cansar com esforços inúteis, ao conhecimento verdadeiro do que pretendem alcançar” (JAPIASSU, 1989:166).

Como pudemos observar, não há consensualidade na compreensão do método entre Economia e Filosofia em suas particularidades, mas a há no que concerne ao entendimento geral do método, como o “caminho para se atingir as verdades científicas”.

Se considerarmos que a indução e a dedução são direcionamentos do pensamento, poderemos citar três métodos fundamentais para a ciência:

1. o **método hipotético-dedutivo** é aquele “através do qual se constrói uma teoria que formula hipóteses a partir das quais resultados obtidos podem ser deduzidos, e com base nas quais se podem fazer previsões que, por sua vez, podem ser confirmadas ou refutadas”. Entretanto, “é discutível até que ponto as teorias científicas realmente se constituem e se desenvolvem segundo o método hipotético-dedutivo, uma vez que nem sempre há uma correspondência perfeita entre experimentos e observações, por um lado, e deduções, por outro” (JAPIASSU, 1989:167).

2. o **método hermenêutico**, cujo termo designava, até o final do século XIX, “todo o esforço de interpretação científica de um texto difícil que exige uma explicação”; para Dilthey, em seu esforço de “compreensão vital”, o termo refere-se ao fato de que “as formas da cultura, no curso da história devem ser apreendidas através da experiência íntima de um *sujeito*; cada produção espiritual é somente o reflexo de uma cosmovisão (*Weltanschauung*) e toda filosofia é uma ‘filosofia de vida’”. Contemporaneamente, a hermenêutica “constitui uma reflexão filosófica interpretativa ou compreensiva sobre os símbolos e os mitos em geral”. Para Paul Ricoeur, há *duas* hermenêuticas: (a) a que parte de uma tentativa de transcrição filosófica do freudismo, concebido como um *texto* resultando da colaboração entre o psicanalista e o psicanalisado; e (b) a que culmina numa ‘teoria do conhecimento’ oscilando entre a leitura psicanalítica e uma fenomenologia” (JAPIASSU, 1989:119). Por essa razão, podemos também chamar esse método de fenomenológico-hermenêutico.

3. o **método dialético** é aquele que “procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão” (JAPIASSU, 1989:167).

Se para Platão a dialética “é o processo pelo qual a alma se eleva, por degraus, das aparências sensíveis às realidades inteligíveis ou idéias”, ou mais especificamente, “um instrumento de busca da verdade, uma pedagogia científica do diálogo graças ao qual o aprendiz de filósofo, tendo conseguido dominar suas pulsões corporais e vencer a crença nos dados do mundo sensível, utiliza sistematicamente o discurso para chegar à percepção das essências”, para Aristóteles ela é “a dedução feita a partir de premissas apenas prováveis”, oposta ao silogismo, “fundado em premissas consideradas verdadeiras e concluindo necessariamente pela ‘força da forma’” (JAPIASSU, 1989:72).

Para Hegel, a dialética constitui-se num “movimento racional que nos permite ultrapassar uma contradição” não sendo um método, mas “um movimento conjunto do pensamento e do real”, ao afirmar: “chamamos de dialética o movimento racional superior em favor do qual esses termos na aparência separados (o ser e o nada) passam espontaneamente uns nos outros, em virtude mesmo daquilo que eles são, encontrando-se eliminada a hipótese de sua separação”. Hegel concebe-a como “sucessão de momentos, cada um deles formando uma totalidade, momento que só se põe opondo-se ao momento que o precedeu: ele o nega manifestando suas insuficiências e seu caráter parcial, e o ultrapassa na medida em que eleva a um estágio superior, para resolvê-los, os problemas não-resolvidos”.

É Marx que vai transformar a dialética num método, insistindo “na necessidade de considerarmos a realidade socioeconômica de determinada época como um todo articulado, atravessado por contradições específicas, entre as quais a da luta de classes”.

Com a contribuição de Engels, “a dialética se converte no método do materialismo e no processo do movimento histórico considerando a natureza: (a) como um todo coerente em que os fenômenos se condicionam reciprocamente; (b) como um estado de mudança e de movimento; (c) como o lugar onde o processo de crescimento das mudanças quantitativas gera, por acumulação e por saltos, mutações de ordem qualitativa; (d) como a sede das contradições internas, seus fenômenos tendo um lado positivo e outro negativo, um passado e um futuro, donde a luta das tendências contrárias que gera o progresso” (JAPIASSU, 1989:72).

CHEPTULIN (1982) diz que “o materialismo dialético estuda as formas gerais do ser, os aspectos e os laços gerais da realidade, as leis do reflexo desta última na consciência dos homens. As formas essenciais da interpretação filosófica, do reflexo das propriedades e das conexões universais da realidade e das leis do funcionamento e do desenvolvimento do conhecimento são as categorias e as leis da dialética. como elementos necessários da teoria filosófica, elas têm uma função ideológica, gnoseológica e metodológica” (p. 1).

Insistindo neste ponto, “a dialética é tematizada na tradição marxista mais comumente enquanto (a) um método e , mais habitualmente, um método científico: a dialética epistemológica; (b) um conjunto de leis ou princípios que governam um setor ou a totalidade da realidade: a dialética ontológica; e (c) o movimento da história: dialética relacional”, todos aspectos encontrados na obra de Marx. De acordo com Engels, as leis da dialética podem ser “reduzidas”, no geral, em três: 1. a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; 2. a unidade e interpenetração dos contrários; e 3. a negação da negação (BOTTOMORE, 1988:101).

Neste ponto podemos chegar a algumas conclusões iniciais:

1. Se há consensualidade sobre o que é especificamente o método, não há consensualidade sobre a existência de *um* método científico;
2. O método e suas diferentes formas de compreensão contêm seu caráter histórico e interpretativo;
3. Conforme o objeto particular de estudos, um ou outro método apresenta-se mais ou menos adequado;
4. A realidade, em sua complexidade para a apreensão dos sentidos, apresenta múltiplas determinações; e isso implica necessariamente em diferentes formas de interpretação;
5. O pensamento, uma vez feita a escolha metodológica, tem duas direções a percorrer: a indução e a dedução.

Neste ponto, passemos a examinar certos elementos componentes dos diferentes métodos.

Inicialmente, é necessário entendermos o que é *categoria*. Para Aristóteles, a categoria referia-se “às diferentes maneiras de se afirmar algo de um objeto” e listava dez categorias, de estatuto lógico e metafísico: substância e essência (próprias ao sujeito), quantidade, qualidade, relação, tempo, lugar, situação, ação, paixão e possessão.

Posteriormente, para Kant, o termo *categoria* refere-se não mais ao ser mas ao conhecer, para designar os conceitos do entendimento puro, pois o juízo pode “ser considerado de quatro pontos de vista: do ponto de vista da quantidade, da qualidade, da relação e da modalidade”. Se, para cada um desses pontos de vista, são possíveis três

tipos de juízos, pode-se afirmar que “há doze categorias do entendimento ou conceitos fundamentais a priori do conhecimento”:

quantidade	qualidade	relação	modalidade
unidade	realidade	substância (e acidente)	possibilidade
pluralidade	negação	causa (e efeito)	existência
totalidade	limitação	reciprocidade	necessidade

Enfim, para Kant, as categorias “representam as formas da atividade do pensamento, concedidas à consciência pela natureza” e seu conteúdo “é determinado pela consciência” (CHEPTULIN, 1982:10).

Com as rápidas mudanças nas leituras de ciência, com as críticas e a simplificação nas terminologias, atualmente o termo *categoria* é “frequentemente tomado como sinônimo de *noção* ou de *conceito*” e designa “mais adequadamente, a unidade de significação de um discurso epistemológico” (JAPIASSU, 1989:45).

Raciocinando sobre a dialética em sua apresentação mais pura, CHEPTULIN (1982) afirma que “as formas essenciais da interpretação filosófica, do reflexo das propriedades e das conexões universais da realidade e das leis do funcionamento e do desenvolvimento do conhecimento são as categorias e as leis da dialética” e que, “como elementos necessários da teoria filosófica, elas têm uma função ideológica, gnoseológica e metodológica” (p. 1). Como o problema da natureza das categorias nasceu com a Filosofia “e sempre foi o centro de atenção durante toda a sua história”, como uma das mais difíceis questões do conhecimento humano ao mesmo tempo que uma das mais importantes, o referido autor diz que a definição dessa natureza, “de seu lugar e de seu papel, no desenvolvimento do conhecimento está diretamente ligada à resolução do problema da correlação entre o particular e o geral na realidade objetiva e na consciência, assim como à colocação em evidência da origem das essências ideais e da relação destas últimas com as formações materiais, com os fenômenos da realidade objetiva” (p. 5).

Como vemos, a discussão de um termo filosófico leva-nos necessariamente à discussão de outros termos: a categoria, no parágrafo precedente, lembrou-nos os termos *conceito* e *noção*.

Por *conceito*, entendemos “uma idéia abstrata e geral sob a qual podemos unir diversos elementos” que em parte “é sinônimo de *idéia*, palavra mais vaga, que designa tudo o que podemos pensar ou que contém uma apreciação pessoal: aquilo que podemos pensar de algo”. O conceito comporta alguns elementos que fazem parte de sua construção: “(a) a *compreensão* ou o conjunto dos caracteres que constituem a definição do conceito (o homem: animal, mamífero, bípede, etc.); (b) a *extensão* ou o conjunto dos elementos particulares dos seres aos quais se estende esse conceito” tendo, compreensão e extensão, relacionamento de ordem inversa: “quanto maior for a compreensão, menor será a extensão; quanto menor for a compreensão, maior será a extensão” (JAPIASSU, 1989:53).

Por outro lado, a *noção* é definida pelas particularidades do sujeito (ou observador) e de sua capacidade de elaboração e de compreensão da idéia da coisa.

Outro termo fundamental para nosso raciocínio é o *ser*. Para a dialética, o ser deve comparecer em seus dois sentidos “a um tempo contraditórios e inseparáveis: o ser

abstrato, vazio, indeterminado; e o ser rico de determinações, desenvolvido. O pensamento move-se entre esses dois polos: um, o ser abstrato, irreal, que ele parte para conhecer; o outro, o ser concreto, desconhecido no início, e que o pensamento não pode extrair ou deduzir do ser abstrato, mas que ele penetra, conhece e determina ao se determinar a si mesmo e, portanto, a um tempo, ‘de dentro’, por sua exigência própria, e ‘de fora’, (...) pelo contato com o conteúdo e com o real”. O pensamento possui também suas exigências para se realizar: (a) a “*ligação dos termos*: o ser e o nada, o ser vazio e o ser pleno, o devir e o ser, a qualidade e a quantidade”; (b) afirma-se como “*movimento de pensamento* ao mesmo tempo que *pensamento do movimento*”; (c) seu progresso opera-se “através das *contradições*, mas das *contradições determinadas* e, portanto, ‘pensáveis’”, pois “*contradição não significa absurdo*” (LEFEBVRE, 1983:178).

Em sua construção conceitual de espaço, Milton SANTOS (1985) privilegia os seguintes elementos como categorias fundamentais e que devem ser tomadas em conjunto em constante e complexa inter-relação (“só o uso simultâneo das quatro categorias - estruturam, processo, função e forma - nos permitirá apreender a totalidade em seu movimento, pois nenhuma dessas categorias existe separadamente” - p. 58):

1. *forma*: o aspecto visível da coisa, refere-se “ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão”;

2. *função*: “sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”;

3. *estrutura*: “inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”; e

4. *processo*: “ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (p. 50).

Neste ponto, podemos acrescentar àquelas que já citamos acima, outras conclusões parciais:

1. é necessário ter clareza da escolha metodológica quando se trata, principalmente, de qualquer tentativa de uma abordagem epistemológica de qualquer texto geográfico;

2. a opção pelo método aponta necessariamente para o conjunto de categorias e de suas conceituações como elementos básicos do método;

3. o papel do pesquisador, uma vez iniciada a análise, estará presente sempre no texto elaborado, uma vez conhecida sua opção metodológica e seu grau de ideologia demonstrado no discurso.

Avançando nas nossas propostas e buscando “fechar” nosso raciocínio, podemos utilizar as tendências que GAMBOA (1989) identificou quando analisou inúmeros trabalhos de educação:

1. a tendência *empírico-analítica*, que se identifica pelo nível técnico do discurso, caracteriza-se pela coleta de dados marcadamente quantitativos através de testes padronizados e questionários fechados, que “são codificados em categorias numéricas que permitem a descrição dos sujeitos através de um perfil, um esquema cartesiano, um gráfico, uma tabela de correlação, etc.”. A isso, somam-se algumas técnicas descritivas “que utilizam categorias nominais com definição operacional dos termos utilizados e passíveis de codificação numérica, e algumas técnicas de análise de

conteúdos, especialmente em pesquisas que operam com textos e documentos” (p. 95). Quando vai-se para o nível *teórico*, há o privilegiamento dos clássicos do positivismo e da ciência analítica, tratando-se os temas de acordo com a “definição de variáveis, sejam estas independentes, dependentes, de contexto, de entrada, de processo, de controle, de saída, ou definidas como facetas, funções ou papéis”. Neste caso, a fundamentação teórica comparece preferencialmente como “forma de revisões bibliográficas sobre o tema tratado, deapresentação sucinta dos resultados de outras pesquisas na área, ou como elementos que ajudam a formular os ‘construtos’ utilizados na definição operacional dos termos e na especificação das variáveis manipuladas nas situações experimentais” (p. 96). No nível *epistemológico* essa tendência tem especificações relativas “à concepção de causalidade”, cujo conceito é fundamental, pois “é tido como eixo da explicação científica” (p. 97).

Historicamente, essa tendência, que tende a se enfraquecer, dá ênfase às técnicas quantitativas fundadas na concepção de ciência, nas leis e nas categorias do método hipotético-positivista.

2. a tendência *fenomenológico-hermenêutica* busca explicitar “críticas às abordagens fundadas no experimentalismo, nos métodos quantitativos e nas propostas tecnicistas”; essas pesquisas “expressam interesse específico na denúncia e na explicitação das ideologias subjacentes” propondo “desvendar e decifrar os pressupostos explícitos nos discursos, textos e comunicações”, interessando-se pela “conscientização dos indivíduos envolvidos na pesquisa” e manifestando “interessa por práticas alternativas e inovadoras” (p. 97). No nível epistemológico, essa abordagem não prioriza a relação causal, mas tem “uma concepção de causalidade entendida como uma relação entre o fenômeno e a essência, o todo e as partes, o objeto e o contexto” (p. 98).

Essa tendência crítica “o reducionismo das técnicas quantitativas e, em contrapartida, desenvolve as técnicas chamadas de qualitativas, mas situando-as em lugar secundário com relação à compreensão fenomenológica e à reflexão hermenêutica” (p. 113).

3. a tendência *crítico-dialética* questiona “fundamentalmente a visão estática da realidade implícita nas abordagens anteriores” porque escondem o “caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade”. Essa tendência assume “a crítica expressa” e a “pretensão de desvendar, mais que o ‘conflito das interpretações’, o conflito dos interesses”, e buscam sempre resgatar “sua dimensão histórica” e desvendar “suas possibilidades de mudança”.

No nível epistemológico, considera as causalidades como “uma inter-relação entre os fenômenos (lei da interdependência universal), inter-relação do todo com as partes e vice-versa, da tese com a antítese, dos elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, política, jurídica e intelectual, etc.” (p. 98). Essa abordagem não renuncia “à distinção entre fenômeno e essência que se inter-relacionam entre si formando uma lógica interna ou estrutura” com uma dinâmica interna (genética ou histórica), considerando a própria ciência como uma categoria histórica (p. 101).

Quando nos aprofundamos nos pressupostos gnosiológicos e ontológicos, verificamos grandes diferenças entre as três tendências.

Os pressupostos *gnosiológicos* referem-se “às concepções de objeto e de sujeito e a sua relação no processo de conhecimento”. Para a tendência empírico-analítica, a “objetividade” - processo cognitivo centralizado no objeto - “diferencia-se da “subjetividade”, que ressalta-se como “processo centralizado no sujeito das abordagens

fenomenológico-hermenêuticas” - e da “concreticidade”- “centralizada na relação dinâmica sujeito-objeto” presente na tendência crítico-dialética.

Os pressupostos *ontológicos* referem-se à noção de homem, pois é decorrente da noção “de sujeito e da postura deste diante do objeto” (p. 103).

Nas abordagens empírico-analíticas “a noção de homem está marcada pelas concepções tecnicistas e funcionalistas”, pois ela é definida pelo seu “perfil” ou “sistema de variáveis organizada num gráfico ou descritas numa caracterização”, tido “como recurso humano (input) ou produto (output) de processos educativos, como agente, funcionário, etc., destacando seu caráter técnico funcional” (p. 103).

Nas abordagens fenomenológico-hermenêuticas, “predomina a visão existencialista de homem”, que é tido “como projeto, ser inacabado, ser de relações com o mundo e com os outros” (p. 103). Essas pesquisas estão mais preocupadas com “o invariante dos fenômenos do que com seus aspectos variantes, com a estrutura simbólica do que com os sintomas (acontecimentos), com o sentido oculto do que com o sentido manifesto, ou que explicam os segundos como tendo origem nos primeiros, têm como paradigma comparativo a radiografia, que desvela ou mostra a estrutura interna, ultrapassando a aparência fenomênica” (p. 104).

Nas pesquisas crítico-dialéticas, o “homem é tido como ser social e histórico; embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é o criador da realidade social e o transformador desses contextos” onde a educação, por exemplo, faz parte da superestrutura e “junto com outras instâncias culturais, atua na reprodução da ideologia dominante”, sendo também “espaço da reprodução das contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam a gestação de novas formações sociais” (p. 104).

Para finalizar essa comparação entre as diferentes tendências, devemos abordar o que segue: e se considerar que “a técnica é a expressão prático-instrumental do método, e esse é, por sua vez, uma teoria em ação, e as teorias são maneiras diversas de ordenar o real ou de explicitar uma visão de mundo”, temos a dimensão necessária para o equacionamento diferenciado das técnicas, dos métodos e das teorias e suas epistemologias, pois elas implicam necessariamente numa concepção de sujeito e de objeto, “a sua interação no processo cognitivo e ao interesse que comanda esse processo” (p. 113).

É com as preocupações colocadas acima que, acreditamos, podemos fazer uma epistemologia do conhecimento geográfico. O rigor no método (e seus elementos constitutivos, as categorias) e a preocupação com a elaboração do discurso ajudarão bastante na releitura de textos geográficos e na sua situação como parte do pensamento. A visita aos clássicos (não apenas aqueles do século passado, mas também aqueles que ainda continuam produzindo e divulgando sua produção científica) faz-se necessária mas, uma vez que eles estejam contextualizados historicamente, a sua releitura deverá ser feita sempre considerando as “palavras-chaves” que direcionam a análise e o pensamento, indutiva ou dedutivamente, e as noções de *homem*, de *sociedade* e de *ciência*. Por outro lado, a contextualização não pode ficar distante dos principais paradigmas filosóficos (por exemplo: noções de tempo e de espaço, principalmente) e suas transformações conceituais que foram sendo elaboradas pelos principais pensadores da humanidade.

Esse é o passo seguinte.

BIBLIOGRAFIA

- CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista. Categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1991.
- GOMES, Horieste. *Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia*. Goiânia: GEGRAF/UFG, 1991.
- JAPIASSU, H., MARCONDES, D. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- MOREIRA, Ruy. *O discurso do avesso*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.